

# AS CARTAS OFICIAIS NORTE-RIO-GRANDENSES E AS EXPRESSÕES FORMULAICAS

Felipe Morais de Melo (UFRN/IFRN<sup>1</sup>)  
[felipemorais\\_m@yahoo.com.br](mailto:felipemorais_m@yahoo.com.br)

## 1. Introdução

O presente trabalho está orientado teoricamente pelos conceitos de base coseriana advindos dos estudos sobre as tradições discursivas, encontrados em autores como Koch (1997) e Kabatek (2006), ao lado do próprio Coseriu (1977, 1980, 2007). Dentre esses conceitos, uma ideia pode ser extraída para figurar como flâmula hasteada deste artigo: a de que os textos se configuram de modo a seguirem suas próprias tradições que, por sua vez, não dependem necessariamente das tradições de funcionamento da língua (COSERIU, 2007).

Dois são os propósitos centrais deste artigo. O primeiro deles é o de apresentar o *corpus* intitulado *cartas oficiais norte-rio-grandenses*, comentando, especialmente, a heterogeneidade que ele encerra no que respeita aos gêneros textuais, uma das modalidades das tradições discursivas (TD). Esse *corpus* é fruto de um trabalho de mestrado em finalização. Embora constituído, em sua inteireza, por documentos dos séculos XVIII, XIX e XX, cada qual subdividido em metade de século, totalizando cinco conjuntos (as duas metades dos séculos XVIII e XIX e a primeira do XX), o *corpus* será analisado, neste texto, apenas parcialmente, em suas três primeiras agrupações, quais sejam XVIII.1 (primeira metade do século XVIII), XVIII.2 (segunda metade) e XIX.1.

O segundo propósito é o de analisar como as microestruturas do tipo “expressões formulaicas”, outra modalidade de TD, foram sendo evocadas pela constelação discursiva da administração pública, caracterizando, dessas fórmulas textuais, suas convenções e verificando como se dão – pelo processo dinâmico entre conservação, variação e mudança – suas atualizações no curso dos séculos. Para tanto, selecionamos duas das várias fórmulas encontradas no *corpus* a fim de criar uma amostragem de análise.

Antecede as seções responsáveis por desfiar essas tenções, uma outra em que, sumariamente, são expendidas considerações acerca das tradições textuais, por meio da qual se justifica a categorização que realizamos de gêneros textuais e expressões formulaicas como TD. Sucede às referidas seções uma tabela com a maioria das fórmulas identificadas no *corpus* em exame neste artigo.

Seguimos uma orientação metodológica qualiquantitativa, na medida em que, a par de um controle estatístico das estruturas em mira, procedemos outrossim a um exame interpretativo de dados quantitativamente irrelevantes (CRESWELL, 2007).

## 2. Gêneros textuais e expressões formulaicas: dois exemplos de TD

As investigações em TD integram a macroárea dos estudos da linguagem conhecida como Linguística Histórica, que trata de estudar as mudanças por que passa, com o transcurso do tempo, a língua em seus mais diversos níveis de análise. Resgatando uma especificação feita por Mattos e Silva (2008)<sup>2</sup>, podemos minuciar mais

---

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos da Linguagem pela UFRN e professor efetivo de Língua Portuguesa e Literaturas do IFRN.

<sup>2</sup> A autora distingue uma linguística histórica no sentido *lato* e outra no *stricto sensu*. A primeira corresponde a qualquer tipo de linguística que trabalha com *corpora* datados e localizados, a segunda, apenas com dados provenientes de sincronias passadas. Esta última, a linguística histórica *stricto sensu*,

o lugar das TD nessa macroárea, afirmando-as como uma linguística histórica de sentido estrito, por lidar com dados provenientes de sincronias passadas, e sócio-histórica, por considerar os fatores extralinguísticos como integrativos à compreensão dos fenômenos da língua e textuais.

Podemos daí perceber que a TD deriva de uma das mais longas esteiras nos estudos da língua, que é a dos estudos históricos (rememoremos, por exemplo, os comparatistas e os neogramáticos). Ao lado dessa deriva, a TD segue outra tradição de modo mais explícito, que é a dos postulados de Coseriu. A já famosa definição de TD dada por Kabatek (2006, p. 512) – “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio” – está sustentada pela noção de repetição que, por sua vez, só se firma em função de outro conceito, o de evocação<sup>3</sup>, advindo, *mutatis mutandi*, de Coseriu (1977, 2007).

Outro marco das TD é a instauração de um novo nível de análise formalmente estabelecido<sup>4</sup>, que é o das tradições discursivas, pelo qual se estudam

gêneros textuais, gêneros literários, estilos, gêneros retóricos, formas conversacionais, atos de fala, etc. como, por exemplo, a bula, o soneto, o maneirismo, o discurso cerimonial, o *talkshow*, o juramento de fidelidade do vassalo ao suserano, etc. (KOCH, 1997, p. 3).

Essa fundação, no entanto, também remete a Coseriu, que apresenta, em várias de suas obras (1977; 1979a; 1979b; 1980; 2007), a proposta dos três níveis de linguagem: o universal, o histórico e o individual<sup>5</sup>. É precisamente dentro de um deles, do histórico, que Koch propõe o nível das TD, donde se falar, portanto, em bifurcação do nível histórica da linguagem.

Ademais, tanto a citação de Kabatek quanto a de Koch, porquanto definem/descrevem as TD, afinam-se com a ideia de que “los textos tienen también sus tradiciones particulares, independientes de las lenguas” (COSERIU, 2007, p. 137-8), na medida em que as TD representam exatamente essas “tradições particulares”.

Diante do exposto, não se torna complicado explicar por que tanto os gêneros textuais quanto as expressões formulaicas constituem TD ou, para parafrasear Coseriu, têm suas tradições particulares.

Os gêneros textuais são formas de texto relativamente estáveis, como o disse Bakhtin (2010), que se repetem quando evocados por uma mesma constelação discursiva. Exemplificando em termos de nosso *corpus*, toda vez em que o Rei

---

por sua vez, ainda se subdivide, para a autora, em uma linguística histórica de caráter sócio-histórico, por considerar fatores extralinguísticos na análise de fenômenos da língua; e uma linguística diacrônica, que possui uma natureza associal, considerando, sobretudo, os fatores imanentes à estrutura, isto é, os intralinguísticos.

<sup>3</sup> Uma TD repete-se quando é evocada por uma mesma constelação discursiva. Para usarmos um exemplo de Kabatek (*ibidem*), a situação de um encontro na rua evoca uma saudação (o texto, que é uma TD). Toda vez que essa constelação discursiva ocorrer novamente, ou seja, quando essa constelação se atualizar em outro momento histórico (numa situação 2, 3, 4...), a mesma TD será evocada.

<sup>4</sup> Dizemos “formalmente estabelecido” por já existir espaço em Coseriu para o estudo das TD, equivalente às tradições textuais das quais trata o autor (cf. COSERIU, 2007).

<sup>5</sup> Coseriu (1980, p. 91) define a linguagem como “uma atividade humana *universal* que se realiza *individualmente*, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas”. Dessa sua asserção, ele propõe “la distinción entre hablar en general, lengua y texto” (*idem*, 1977, p.242), pertencendo o “falar em geral” ao nível universal da linguagem (pois quem fala, independente do idioma, obedece a princípios universais de comunicação); a língua, ao nível histórico da linguagem (pois quem fala, fala sempre um idioma, isto é, fala sempre conforme determinadas técnicas historicamente estabelecidas); o texto ou discurso, ao nível individual da linguagem (pois a língua só se expressa, só se consuma quando algum falante dela faz uso, quando produz um texto, quando realiza um discurso).

necessitava de auxílio para a resolução de alguma questão da administração pública, um conselho, junta ou tribunal o assessorava produzindo uma consulta (C 11, C 13 e C 19<sup>6</sup> do *corpus* em análise), tipo de texto com sua arquitetura própria<sup>7</sup> (cf. BELLOTO, 2002, p. 59). Leia-se a situação que gerou a produção do texto como a constelação discursiva e o gênero como a TD evocada por essa constelação.

As expressões formulaicas, por sua vez, são igualmente formas – denotação ecoante do adjetivo “formulaico” – que se repetem quando evocadas por uma constelação discursiva, que será, contudo, de outra natureza, conforme se verá pelo exemplo que segue. Durante a escrita de uma consulta, havia o cerne da carta, em que se expunha seu objetivo central, sua razão de ser, chamado, pela Diplomática, de *dispositio*. Toda vez em que esse momento se fazia necessária pelo desenvolvimento do texto, utilizou-se, nos três exemplares de consulta de nosso *corpus*, uma fórmula composta pelo ato de fala de “dar o juízo sobre determinada situação”, expresso pelo verbo “parecer”, pela preposição “a” indicando o opinador<sup>8</sup> do ato e pela identidade desse opinador, o “conselho”, no caso das cartas examinadas. Essa expressão formulaica realizou-se como “Pareceu ao Concelho” na C 11, “Ao conçelho parece” na C 14 e “Pareçe ao Conselho”<sup>9</sup> na C 19.

Nota-se que, no caso da expressão formulaica, a constelação discursiva é de outra natureza: não é mais uma situação de comunicação, como se dá com a constelação de uma TD gênero textual, mas é um cotexto. O próprio gênero textual só tem o contexto como constelação discursiva se considerado como um todo. Caso sejam analisadas as partes que organizam sua estrutura (sua macroestrutura), já estamos entrando nos limites do cotexto como constelação, situação mais típica quando se trata do texto escrito. A esse respeito, Schlieben-Lange (1993, p. 30) comenta que a maioria dos textos escritos foi sendo condicionados historicamente a construir “seus contextos nos próprios textos”, a fim de se imporem “contra a norma da fala dependente de tempo, lugar e pessoa”. Esses textos, explica Kabatek (2006, p. 512), “criam a sua própria constelação discursiva”.

Além disso, tanto os gêneros quanto as fórmulas textuais comprovam-se como TD também por ilustrarem a afirmação de Coseriu (2007) de que os textos (e as TD, na esteira do asserto coseriano) têm suas próprias tradições particulares independentes da língua. No atinente ao gênero, isso está claro. Certamente não havia consultas apenas em Portugal, mas em todos os países monárquicos em que a necessidade de um assessoramento se fizesse preciso. Quanto às fórmulas, o mesmo se dá. Quando se efetua uma busca pela internet com a tradução para outros idiomas de algumas palavras da expressão “Deus guarde a V. S.<sup>a</sup> muitos anos”, a fórmula mais produtiva nas *cartas oficiais norte-rio-grandenses*, depara-se com expressões como “Dios guarde a vuestra excelencia muchos años. Querétaro julio 30 de 1808” ou “God protect Your Lordship many years. February 3, 1781”, evidenciando, assim, o não atrelamento dessas tradições a uma língua (daí Coseriu retirá-las do nível histórico, que, para o linguista, concerne apenas às línguas).

---

<sup>6</sup> C é a abreviação usada para enumerar as cartas.

<sup>7</sup> As únicas três consultas, já referidas, surgidas do *corpus* apresentam a estrutura Protocolo (*inscriptio*) – Texto (*narratio + dispositio*) – Escatocolo (*datatio + subscriptio*), que será comentada na seção 3.

<sup>8</sup> Valemo-nos aqui de um dos papéis temáticos elencados por Perini (2010).

<sup>9</sup> O itálico indica as letras que estavam supressas no original pela estratégia braquigráfica da abreviação.

### 3. As cartas oficiais norte-rio-grandenses

As *cartas oficiais norte-rio-grandenses* são fruto de um trabalho de mestrado, em fase de conclusão, que tem, como uma de suas metas de base, a constituição de um *corpus* diacrônico de cartas oficial. Seu desenho foi norteado por alguns princípios que regem a elaboração de *corpora* diacrônicos do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)<sup>10</sup>: 5.000 mil palavras para cada metade de século, um recorte temporal que vai da primeira metade do século XVIII à primeira do século XX<sup>11</sup> e uma transcrição semidiplomática guiada pelas “Normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos” usadas pelo PHPB.

As *cartas oficiais* totalizam 107 documentos. Cada carta é representada pela letra C junto à sua numeração, indo desde a C 1, a primeira carta do século XVIII, de 1713, até a C 107, a última carta da segunda metade do século XX, de 1931. Cada metade de século é simbolizada pelo século em algarismo romano seguido por um ponto e o algarismo 1, indicando a primeira metade do século, ou 2, indicando sua segunda metade: XIX.1, XIX.2, XX.1, por exemplo. As *cartas* estão distribuídas da seguinte maneira: 19 cartas compõem XVIII.1, que vai da C 1 até a C 19; 16 cartas integram o XVIII.2, que vai da C 20 até C 31; 23 cartas conformam o XIX.1, da C 32 à C 57; 29 cartas modelam XIX.2, da C 58 até a C 83; e 21 cartas dão corpo ao XX.1, da C 84 até a C 107. Temos, assim, 31 cartas do século XVIII, 52 do século XIX e 24 do século XX.

A variação na quantidade de cartas decorre da extensão desses documentos, sendo, como se pode inferir, os textos oitocentistas os de menor extensão. Certamente havia textos longos e curtos em todos os feixes de tempo, contudo, como o critério que levamos em conta para eleger os documentos foi o de maior legibilidade, a extensão da carta ficou arbitrária, produzindo a distribuição acima desenhada.

Não obstante os limites de nosso *corpus* integral, este artigo considera, para análise, apenas as cartas de XVIII.1, XVIII.2 e XIX.1, ou seja, da C 1 até a C 57, por já terem sido inteiramente lidas e analisadas em suas dimensões de gênero, de suas macroestruturas e das microestruturas do tipo “expressões formulaicas” que contêm. Menções eventuais a cartas de outras metades serão expressamente assinaladas.

Nosso *corpus* compreende cartas escritas na administração pública referentes a questões do Rio Grande do Norte. Do total de 57 cartas em exame, 37 (64,9%) delas

---

<sup>10</sup> A empreitada dessa dissertação coaduna-se às atividades do PHPB-RN, projeto local da UFRN filiado ao PHPB, ainda que não siga a rigor todas as exigências instituídas por um projeto que almeja o estudo do português *brasileiro*, quais sejam: o controle biográfico do remetente da carta, de modo a validá-lo como “brasileiro”, o que não foi efetuado para a dissertação; e a restrição a cartas exaradas no Brasil, o que nem sempre ocorre em nosso *corpus*, principalmente nas cartas do século XVIII, das quais provêm algumas escritas em Portugal, mas sempre relacionadas a questões do Rio Grande do Norte. Assim como Acioli (1994, p. 55) afirma que “brasileiros seriam todos os manuscritos relacionados com nosso país, quer oriundos do Brasil, quer de Portugal”, decidimos igualmente sustentar como cartas oficiais *norte-rio-grandenses* também aquelas produzidas no além-mar.

<sup>11</sup> O PHPB, para a categoria de “cartas oficiais”, estabelece um limite que vai da primeira metade do século XVIII à segunda, e não primeira, metade do século XX. No entanto, fomos somente até a primeira metade desse último século, pois a categoria de “cartas oficiais” proposta pelo PHPB enquadra-se no agrupamento denominado “*corpus* comum mínimo – *manuscritos*” (cf. HORA; SILVA, 2010, p. 423, grifo nosso), e só encontramos cartas oficiais produtivas textualmente da segunda metade do século XX já tipografadas. Dizemos “produtivas textualmente” porque descobrimos manuscritas cartas de aforamento no Arquivo Municipal de Pau dos Ferros. Seu texto, contudo, num intervalo de mais de 30 anos (de 1955 a 1989) praticamente não mudou, quais fichas, que se diferem uma das outras apenas pelo preenchimento de suas lacunas. Do ponto de vista da constituição de um *corpus* por meio do qual se possam estudar os diversos níveis de linguagem da língua portuguesa, essas cartas oficiais nos pareceram impróprias por, apesar de conterem expressões formulaicas, mais bem parecerem com uma grande fórmula cristalizada sem espaço para a elasticidade natural de elaboração de um texto.

foram escritas no Rio Grande do Norte, 1 em Sergipe (1,7%), 4 (7%) no Rio de Janeiro, 6 (10,5%) em Lisboa, em 7 delas (12,2%) não há menção do local de produção e 2 (3,5%) geram dúvida a esse respeito. A identificação do local de produção se deu, principalmente, por sua indicação em seção específica, o *datatio*<sup>12</sup>. Contudo, recorreremos, sempre que possível, ao “Catálogo de documentos avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)” (LOPES, 2000)<sup>13</sup>. Seguramente se pode dizer que 42 das 57 cartas (73,6%, portanto) representam o que Barbosa (2002) chama de português *no Brasil*<sup>14</sup>.

Diferentemente de outras demandas do PHPB para a elaboração de *corpora* diacrônicos, as *cartas oficiais norte-rio-grandenses* são uma *categoria* textual, não um *gênero* textual<sup>15</sup>. Para realizarmos a identificação dos gêneros das *cartas oficiais*, elegemos, das três dimensões apontadas por Bakhtin (2010, p. 261-2) pelas quais o gênero reflete sua finalidade – “o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional” –, a dimensão da construção composicional, isto é, sua organização interna macroestrutural. Junta-se a esse critério formal, um outro, que assumimos como princípio maior à definição do gênero, do qual é germen, que é sua função/intenção comunicativa, segundo indiciam também as citações abaixo:

- a) “A vontade discursiva do falante se realiza antes de tudo *na escolha de um certo gênero de discurso*” (BAKHTIN, 2010, p. 282);
- b) “Caracterizam-se [os gêneros textuais] muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais” (MARCUSCHI, 2010, p. 20).

Para a descrição da estrutura, baseamo-nos nas três partes em que um documento diplomático se divide (cf. BELLOTO, 2002; SPINA, 1977): 1º) o protocolo inicial ou protocolo, 2º) o texto e 3º) o protocolo final ou escatocolo. Cada uma dessas

---

<sup>12</sup> Termo da Diplomática para uma das partes integrantes da seção “escatocolo”, também chamada “protocolo final”, dos documentos. É no *datatio* que se encontram as datas tópica e cronológica de produção da carta (cf. BELLOTO, 2002; SPINA, 1977).

<sup>13</sup> Em alguns casos, como na C 17, contabilizada nos 10,5% das cartas escritas em Lisboa, encontra-se, na margem superior esquerda, por outro punho, o seguinte: “Junte certidão de q sepratica [inint.] | Lisboa ocidental 3 de Abril de1734”. Ainda que não seja uma indicação que nos levaria a considerá-la lavrada em Lisboa, haja vista não ocupar o espaço do *datatio*, Lopes (ibidem, p. 39), historiadora, descreve essa carta como “escrita a 3 de abril de 1”, pelo que decidimos, por ora, assim categorizá-la. As duas cartas geradoras de dúvida às quais fizemos menção, a C 25 e a C 30, assim foram categorizadas por também apresentarem, na linha escrita à margem superior esquerda por outro punho, a informação “<[Naõ necessita] Lixboa eJulho 13 de1764 || [inint.]>”, no caso de C 25, e “<Haja vista o Procurador da Fazenda. Lixboa | 19 de Dezembro de 1785>”, na C 30, mas serem descritas por Lopes (ibidem) como produzidas em Natal, usando, contudo, a mesma data acusada no texto à margem. Na análise final do *corpus* completo, reavaliaremos o *datatio* em cada uma das 107 cartas.

<sup>14</sup> O autor fala de português *no Brasil* ao lado do par português *do Brasil*, que é o grande interesse do PHPB. O português *do Brasil* é representado por textos de autores que possam ser considerados, pelos trajetos de sua vida, brasileiros.

<sup>15</sup> Discriminamos “gêneros” e “categorias textuais” por existirem algumas demandas do PHPB que não se configuram como gênero, como as “cartas da administração privada” e as “cartas oficiais”, diferentemente de outras solicitações – a exemplo do testamento, do processo-crime, das cartas de leitores e dos inventários –, que são tradicionalmente enquadradas como gêneros. Chamamos as “cartas da administração privada” e as “cartas oficiais” de “categorias textuais” por essas designações funcionarem como termos guarda-chuva, na medida em que cada uma resguarda certo conjunto de gêneros. Sob o primeiro termo, à guisa de ilustração, estão o gênero circular ou o memorando, ao passo que à sombra do segundo surgem o ofício ou a carta régia. Consideramos igualmente categorias textuais a demanda “memórias/relatos históricos e diários de viagem”, que já explicitam pelo menos três gêneros; e o grupo “entremeses e outros textos teatrais”, que acobertam, por exemplo, além do próprio entremes, uma farsa, um auto, dentre outros gêneros em que predomine a sequência dialogal e que se incorpore ao *domínio discursivo* (cf. MARCUSCHI, 2008, p. 158; COSTA, 2009, p. 27) do teatro.

etapas pode conter várias estruturas, das quais, em nosso *corpus*, encontramos as seguintes:

- i) No protocolo das 57 *cartas oficiais*, encontraram-se *inscriptio* (o destinatário da carta), *intitulatio* (o cargo ou função do remetente ou do destinatário), *datatio* (as datas tópica e cronológica de produção da carta), *subscriptio* (o remetente da carta) e um caso de *salutatio* (uma saudação) na C 32;
- ii) Na seção do texto, fizeram-se presentes *narratio* (exposição das razões para a apresentação do assunto), *dispositio* (a substância do documento) e um caso de *prologus* (uma justificativa de ordem moral, jurídica ou material, como diz Belloto) em C 15;
- iii) No escatocolo, surgiram fecho (uma saudação final), *datatio*, *intitulatio* e *subscriptio*.

Em sua quase totalidade, quando, num determinado documento, uma dessas estruturas, a exemplo do *datatio*, surge no protocolo inicial, ela já não mais surge no escatocolo. Afora isso, a realização dessas estruturas varia bastante de carta a carta, havendo, inclusive, ausência de estruturas e mesmo de seções (a C 38, dentre outras, à guisa de ilustração, não apresenta protocolo inicial).

Uma vez que trabalhamos com a sobrepujança da função para a classificação dos gêneros, categorizamos “ofício”, “carta” e “carta régia” como gêneros distintos, não obstante possuírem, de modo geral, a mesma estrutura: Protocolo (*inscriptio*) – Texto (*narratio* + *dispositio* ou apenas *dispositio*) – Escatocolo (fecho + *datatio* + *subscriptio* às vezes com *inscriptio* também)<sup>16</sup>. Distinguimo-las, contudo, por o gênero carta ser endereçado exclusivamente ao Rei<sup>17</sup>, a carta régia ser remetida pelo rei e pelo ofício circular entre outros membros da administração pública<sup>18</sup>.

Isso dito, aduzimos a constituição das *cartas oficiais* em análise. Encontramos uma predominância do ofício, representando 27 das 57 cartas (47,3%), seguido por 10 cartas (17,5%), 8 requerimentos (14%), 5 cartas de registro (8,7%), 3 consultas (5,2%), 2 certidões (3,5%), 1 carta régia e 1 aviso (1,7% cada). Essa predominância também se notou nas cartas oficiais da Paraíba (FONSECA, 2003) e é a tendência quase absoluta das *cartas oficiais norte-rio-grandenses* do XIX.2 e XX.1. Abaixo, uma tabela com os gêneros das 57 cartas:

GÊNERO	ESTRUTURAS BÁSICAS	CARTAS EM QUE SURGE
<b>Carta</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 1, C 3, C 5, C 15, C 16, C 22, C 9, C 10, C 20, C 24
Carta régia	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 23
<b>Certidão</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 7, C 21
<b>Consulta</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 11, C 14, C 19

<sup>16</sup> A ordem das estruturas dentro das três partes também é muito fluida.

<sup>17</sup> Belloto (2002, p. 52) ressalta, tratando dos termos “ofício” e “carta”, que “em alguns instrumentos de pesquisa, feitos atualmente no Brasil e em Portugal, a identificação dessas duas formas é exatamente o oposto da prática burocrática do Antigo Regime”. No *corpus* em fito neste trabalho, contudo, a identificação se dá rigorosamente “como a prática do Antigo Regime”, ou seja, “carta” como documento exarado para o rei e “ofício” qual documento de circulação entre outros membros da administração pública.

<sup>18</sup> Se, por um lado, optamos pelo peso maior da função frente ao da forma, foi esta, não aquela, que balanceou o trabalho de identificação dos gêneros, tornando-o factível. Caso seguissemos exclusivamente pelas trilhas da função, provavelmente teríamos de proceder a uma cansativa lista de subgêneros, principalmente entre os ofícios, distinguindo, por exemplo, um ofício de ordem, de um de encaminhamento, d’outro de informação etc.

<b>Carta de registro</b>	Protocolo + Texto	C 2, C 4, C 6, C 12, C 13
<b>Requerimento</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 17, C 18, C 25, C 28, C 27, C 30, C 54, C 31
<b>Provisão</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 29
<b>Ofício</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 32, C 33, C 45, C 47, C 50, C 52, C 53, C 56, C 57, C 26, C 34, C 36, C 46, C 48, C 55
	Protocolo – Texto – Escatocolo + registro de recebimento do ofício no Palácio go Governo do Rio Grande do Norte	C 49, C 51
	Texto – Escatocolo	C 38, C 39, C 40, C 8, C 37, C 42, C 41, C 43, C 44
<b>Aviso</b>	Protocolo – Texto – Escatocolo	C 35

#### 4. As expressões formulaicas

A ideia de expressões formulaicas chegou-nos pelo contato fático travado com Simões (2007a, 2007b). Chamamos de expressões formulaicas, fórmulas textuais ou simplesmente fórmulas as formas de texto que adquirem valor de signo quando evocadas por uma constelação discursiva. Adquirem valor de signo na medida em que ganham outra camada signíca, qual seja a de ser expressão de uma constelação discursiva (que funciona como conteúdo), além de ser o significante para seu significado denotado. Retomando um exemplo já relatado anteriormente, a fórmula “pareceu ao conselho” – exclusiva do gênero consulta e, portanto, realizada apenas em três cartas de nosso *corpus* – não apenas significa que o conselho decidiu algo, mas também, evocado pelo cotexto arquitetural da consulta, significa a abertura do *dispositio* pela introdução do ato de fala de “julgar” junto à preposição “a” indicando o opinador.

Diferentemente do que ocorre com a fórmula supra, algumas fórmulas circulam entre os gêneros das *cartas oficiais*, como é o caso da fórmula “Deus guarde a” + o nome do beneficiário da proteção divina. Essa é a fórmula mais produtiva, ocorrendo em 33 das 57 cartas oficiais. Ela é evocada pelo escatocolo, do qual representa geralmente a abertura, na função de fecho. A atualização dessa expressão vai acarretando variações com o passo do tempo. A primeira vez em que se efetua é na C 1 sob a forma “A Real Pessoae | VMagestade guarde Deos como todos seus vassallos avemos mister”, que se atualiza na C 3 pela reincidência de forma idêntica. A ordem de disposição dos elementos dessa TD varia, vindo às vezes o verbo antes, como em “Guarde Deos aVMagestade | muitos annos”, na C 5, ou adicionando votos às guardas de Deus, como em C 15: “Deus a VMagestade guarde pormuitos efelises | annos, para bem, econsolação de seus vassa- | los fieis”.

As ocorrências acima, como se pode deduzir, advêm de “cartas”, pois estão sendo remetidas ao Rei. Essa mesma TD, contudo, também se atualiza nos ofícios, para os quais funciona praticamente como uma insígnia por todo o século XIX. Aparece ainda como fecho do único aviso do *corpus*. Em todos os casos, sempre é evocada pela constelação discursiva de finalização, marcada diplomaticamente pela seção do escatocolo. As estratégias quase barrocas das primeiras ocorrências vão cedendo espaço

para variantes mais simples, até à lacônica “*Deus guarde aVossa Excelência*”, a variante que mais produtivamente atualiza a TD em questão, representando 21 das 33 aparições (66,3%).

A partir de XX.1, apesar de ainda não contabilizado, já podemos antecipar que a mesma constelação discursiva que evocara “*Deus guarde a*” e suas variantes, passa a evocar outras TD: “*saudações*” (C 94, por exemplo) e “*saúde e fraternidade*” (C 95), revelando, assim, não mais a dinâmica de variação pela qual passam as TD, mas a da mudança. O *Manual de redação da presidência da República* (BRASIL, 2002, p. 11), sobre os fechos para as comunicações oficiais, narra e recomenda:

o fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria nº 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes de comunicação oficial:

- a) para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República:  
Respeitosamente,
- b) para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior:  
Atenciosamente.

Observa-se, portanto, delineando um contraponto, mesmo que apenas referencial, com a história do Brasil, que a mudança da TD “*Deus guarde a*” para “*saudações*” ou “*saúde e fraternidade*” se dá após a Proclamação da República quando se institui um estado laico, em detrimento à Monarquia, forma de governo de cunho católico em boa parte da Europa e, portanto, pela esteira de Portugal, no Brasil. E a redução de possibilidades ora estatuída pelo *Manual da República* se harmoniza com uma cultura cada vez mais latente de objetividade e imparcialidade, máxime, ao menos em teoria, nas instâncias do poder público. Isso põe em evidência outra faceta das TD, que é o de seu leito sobre as tradições culturais.

Abaixo, a tabela com algumas das TD recorrentes a serem, após a leitura e análise de todas as cartas, reavaliadas (quais devem permanecer), analisadas e computadas como produto final da dissertação.

FÓRMULAS	VARIANTES	CARTAS EM QUE SURGEM
<b>“Foi VMagestade servido ordenarme por carta”</b>	“Foi VMagestade servido ordenarme por carta”	C 1, C 5
	“V. Magestade foi servido ordenarme em carta”	C 3
	“foy V. Magestade servido determi=   nar”	C 19
<b>“A Real Pessoade   VMagestade guarde Deos como todos seus vassallos avemos mister”</b>	“A Real Pessoade   VMagestade guarde Deos como todos seus vassallos avemos mister”	C 1, C 3
	“Guarde Deos aVMagestade   muitos annos”	C 5
	“A Real pesso   a de V. Magestade goarde	C 9



	Deos <i>por</i> largos, e felices anos   para amparo de seus vassalos”	
	“A Real pessoa de Vossa Magestade   <i>garde</i> Deos por muittos annos como <i>dezeja</i> ”	C 10
	“Deus a VMagestade <i>garde</i> pormuitos efelises   annos, <i>para</i> bem, econsolação de seus vassa-   los fieis”	C 15
	“Deus aVMaggestade <i>garde</i> muitos annos”	C 16
	“A Rial Pessoa de Vossa Magestade   <i>Guarde</i> Deos p. <sup>a</sup> amparo dos seus vassallos”	C 20
	“V. Magestade, que Deos Goarde muytos annos”	C 22, C 32 (mas direcionado a uma VEx. <sup>a</sup> )
	“V.V.S. <sup>as</sup> á quem Deus <i>Guarde</i> ”	C 39
	“Deos goarde a Real pessoa de Vossa Magestade muytos an=   nos”	C 24
	“Deus <i>garde</i> aVossa Excelência”	C 33, C 34, C 35, C 36, C 38, C 40, C 41, C 43, C 44, C 45, C 46, C 47, C 48, C 49, C 50, C 51, C 52, C 53, C 55, C 56, C 57
“que escrevi e asignei”	“que escrevi e asignei” (após a data cronológica e antes da data tópica)	C 7
	“por mim feita easignada”	C 21
	“Eu Joaõ Maria Valle decreto e   escrevo”	C 37
“ordeno”	“ordeno ao juiz ordinario mande”	C 8, C 23, C 29, C 37, C 39
Iniciar o <i>narratio</i> por um verbo no gerúndio, como em “tomando”	“Tomando”	C 9, C 38, C 40, C 46, C 48, C 49, C 55, C 57
“Pareceu ao Concelho”	“Pareceu ao Concelho”	C 11
	“Ao conçelho parece”	C 14
	“Pareçe ao Conselho”	C 19
“Diz (requerente) que”	Diz João deTeyve Barreto eMenezes fidalgo da caza de VMa   <i>gestade</i> , q VMagestade foy servido nomeallo	C 17, C 18 (nesse espaço de se apresentar, ainda puxa outro), C 25 (sem <i>intitulatio</i> ), C 28, C 30
	A Vossa Magestade se queixa Manoel Francizco homẽ branco esoldado   condestavel da Fortaleza desta cidade do Rio grande do norte, deJoaquim   Felix de	C 27

	Lima <i>Capitam</i> mor, e <i>Governador</i> desta mesma, comarca dada Para=   hýba donorte, e a rezaõ desua <i>queixa</i> aespoein pelos itenis seguintes:	
<b>“Deus a VMagestade lhe faça merce” (verbo/ação)</b>	“Deus a VMagestade lhe faça merce”	C 17
	“Pede AV. Magestade sejaservido attendendo atodo oreferido”	C 18
	“Pede a VossaMagestade seja servido”	C 25, C 27 (com “q” antes do “seja”), C 28 (com “por sua real grandeza” depois de V.M.), C 30
	“Nosso Senhor anime a=   vossas Reverendíssimas p. <sup>a</sup> nosajudar”	C 31
	Queira VEx. <sup>a</sup> faserme amerce demandarme	C 34
	esperamos, que	C 54
<b>Espera Receber Merce</b>	<i>Espera Receber Merce</i>	C 17, C 27
	<i>Espera Receber Mercê</i>	C 18, C 25
	<i>Espera Receber Merce</i>	C 28, C 30, C 54
<b>Certifico</b>	Certifico	C 7, C 21
<b>“Eu El Rey, vos envio   muito saudar”</b>	“Eu El Rey, vos envio   muito saudar”	C 23
<b>“Cumprasse, e registesse”</b>	“Cumprasse, e registesse”	C 35
	“Cumprasse, e registesse” – Após o <i>inscriptio</i> do escatocolo, como se parte exterior à própria carta (tomando por guia as partes da diplomática).	C 49, C 51
	“Assim o cumpra”	C 37, C 42
	“O q V. Senhorias farão cumprir religiosamente”	C 40
<b>“tem a honra de levar ao conhecimento”</b>	“tem a honra de levar ao conhecimento”	C 46
	“se dignar á   levar o exposto ao conhecimento”	C 47
	“assim   comunico a V. Ex. <sup>a</sup> ”	C 48
	“comunico p. <sup>a</sup> sua <i>intelligência</i> ”	C 44
<b>comunicar por meio de 3º</b>	“Manda significar a Vossa Ex-   cellencia, a fim de ofazer sentir á Assembleia”	C 55
	“manda declarar-lhe que, amanhã”	C 53
	“man-   da significar-lhe que”	C 52

	“Manda participar   a V. Ex. <sup>a</sup> que”	C 51
	“Há Sua   Magestade o Imperador por bem manda declarar   a V. Ex. <sup>cia</sup> , que”	C 49
	“manda   responder á V. S., que”	C 45
<b>Tenho a honra de</b>	tenho a honra de oferecer	C 44, C 47, C 72, C 73
	“tem a honra de levar ao conhecimento”	C 46,

## 5. Considerações finais

A análise aqui não está completa; antes, tão somente prefigura, pelo recorte de 57 cartas, o trabalho final de mestrado, em finalização, sobre as 107 *cartas oficiais norte-rio-grandenses*. Não obstante, antevemos, por meio do contato cada vez mais estreito com o referido *corpus*, que – apesar de as cartas oficiais não representarem um gênero, aceitando mesmo a ideia de que “não existe propriamente um ‘padrão oficial de linguagem’” (BRASIL, 2002, p. 5) – é possível encontrar elementos não apenas extralinguísticos (a esfera discursiva da administração pública) que licenciem uma homogeneidade sob a heterogeneidade textual dessas cartas. E enxergamos justamente nas TD esse caminho. São elas que criam uma teia de possibilidades formais, seja pela via dos gêneros com suas macroestruturas, seja pelo caminho das microestruturas em fórmula, que vão se atualizando entre as letras lavradas sob o distintivo da oficialidade.

Com essa impressão, encerramos este trabalho com a esperança de estar contribuindo, pelo menos, para o estudo dos documentos oficiais, categoria de gêneros textuais sobre a qual Silveira (2007) afirma quase inexistirem estudos. Ademais, esperamos que, em maior ou menor grau, nosso trabalho possa contribuir com as investigações desenvolvidas no Projeto para a História do Português no Rio Grande do Norte (PHPB-RN), mais pontualmente as atinentes à constituição de *corpora* diacrônicos e aos estudos em TD; e com as reflexões acerca da relação entre as mudanças nas TD e determinadas alterações por que passa a sociedade.

## Referências

- ACIOLI, Vera Lúcia. A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; UFPE, Editora Universitária, 1994.
- BARBOSA, Anfrânio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. Volume III: novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Brasil: Presidência da República, 2002.
- COSERIU, Eugenio. *El hombre y su lenguaje*. Estudios de teoría y metodología lingüística. Madrid: Editorial Gredos, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979a.

- \_\_\_\_\_. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979b.
- \_\_\_\_\_. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Linguística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Arco/Libros, 2007.
- COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto*. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. *Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de doutorado. 499p. Mimeo. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- HORA, Dermeval da; SILVA, Camilo Rosa (orgs.). *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia, 2010.
- KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, Tânia [et. al.]. *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006.
- KOCH, Peter. Tradições Discursivas: de seu *status* linguístico-teórico e de sua dinâmica. Tradução realizada por Alessandra Castilho da Costa a partir do original Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: Barbara Frank/Thomas Hays/Doris Tophinke (eds.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*, Tübingen: Narr, 1997, pp. 43–79.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- \_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. Ed. São Paulo: Parábola, 2010.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da Linguística Histórica – ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.
- SCHLIEBEN-LANGE, BRIGITTE. *História do falar e história da linguística*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- SILVEIRA, Maria Inês Matoso. *Análise crítica e sócio-retórica dos elementos enunciativos do ofício – gênero textual da correspondência oficial*. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais. 2007, Tubarão. Anais... Tubarão: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- SIMÕES, José da Silva. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. São Paulo: FFLCH – USP. Tese de doutorado, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *Mudança linguística e gêneros textuais: análise diacrônica de tradições discursivas*. In: Atas do II Simpósio Internacional de Análise Crítica do Discurso e do VIII Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal, 2009, São Paulo. Anais. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2007b. v. 1. p. 89.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.